

Nem só de índios vive o Cimi

O Conselho Indigenista Missionário é uma estranha instituição. Órgão anexo à CNBB, foi constituído em abril de 1972, tendo seus estatutos aprovados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em 1977. Basicamente sua missão é incentivar e assessorar o atendimento às populações indígenas em suas necessidades espirituais ou materiais, especialmente no campo pastoral, sempre a partir das próprias culturas indígenas e à luz da revelação. Seguramente por isso é que o Cimi emite parecer sobre todas as questões em que há interesses materiais em jogo, tendo em vista a **revelação** que concede de maneira **sui generis** a aproximação das nações indígenas com "a sociedade envolvente", dada a articulação dos índios com "a expansão da população e do capital". Pretendendo preservar a cultura e as tradições indígenas, insiste na educação bilíngüe e na "valorização cultural e do conhecimento profundo e crítico dos mecanismos atuantes nessa sociedade envolvente" — isto é, branca e capitalista (Cf. "A proposta do Cimi: igualitária, autônoma e pluralista"). Trata-se do documento referente ao projeto Grande Carajás).

Não é apenas nesse empenho, em fazer do conhecimento aprofundado

e crítico da sociedade envolvente das nações indígenas uma das armas de sua ação em função da **revelação**, que o Cimi se insere no contexto político-institucional brasileiro. Em 18 de junho deste ano, o sr. Júlio Gaiger assinava o "Informe Constituinte nº 15", em que dava conta aos "companheiros" de que havia findado mais uma etapa dos trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte. A título de curiosidade, é interessante observar como o sr. Gaiger — que alguns têm na conta do lobista mais eficiente de Brasília, e outros avançam na ironia, julgando ver nele uma série de semelhanças físicas com dr. Goebbels — cuida do assessoramento às populações indígenas neste relatório:

"A direita avançou ainda mais, nas Comissões ... (...) O senador José Paulo Bisol fez excelente trabalho... (...) O senador José Richa revelou-se mais à direita do que o esperado. De qualquer modo, o anteprojeto está razoável, embora o próprio Richa tenha excluído o subsolo do usufruto indígena". E segue por aí, analisando o resultado de cada comissão e a atuação de seus membros mais destacados. No item 4, cuida da questão indígena.

"4. Os inimigos dos índios: nas duas fases de emendas junto às Comissões, foi possível detectar a articulação antiindígena que, tudo o indica, é patrocinada ou inspirada pelo Conselho de Segurança Nacional. Vários constituintes se prestaram a apresentar emendas, às vezes idênticas, tentando dinamitar o que vinha aprovado desde a Subcomissão das Populações Indígenas. Estes constituintes precisam ter seus nomes anotados, para não serem jamais esquecidos...". Segue-se então a relação dos inimigos dos índios.

No item 5, continua a descrição: "Os que votaram contra os índios: houve apenas dois destaques antiindígenas efetivamente votados na Comissão de Ordem Social: um de Stello Dias, que, em vez de reconhecer 'as organizações próprias das nações indígenas', propunha o reconhecimento da organização nacional das comunidades indígenas (sutil, mas decisivo); outro, de Raquel Cândido, que propunha a revisão, pelo Exército, de todas as áreas indígenas demarcadas nos últimos cinco anos. Estes dois destaques foram fragorosamente derrotados, mas convém anotar os nomes de quem votou favoravelmente a eles...". Segue-se de

novo a relação dos inimigos dos índios.

A ordem de batalha de Gaiger chega ao requinte de alinhar os membros da Comissão de Sistematização que são "sensíveis à pressão popular". Depois da relação, vêm as ressalvas: "Nota: julgamos que os membros do PT não necessitam de pressão popular. Vários constituintes elencados acima são progressistas, comprometidos com o movimento popular, e poderão utilizar as mensagens recebidas como argumento junto aos demais. Outros são notáveis conservadores, mas não estão indo bem politicamente e poderão desejar fazer-se simpáticos aos eleitores, votando algumas reivindicações. A pressão popular deve ter por objetivo obter a defesa das reivindicações, e não tanto marcar posições de protesto" (grifos do original).

OS QUATRO ANOS DE SARNEY

Não é apenas no relato minucioso das atividades da Constituinte e na enumeração dos deputados e senadores "diretistas" e "progressistas" que o Cimi cumpre sua missão de evangelizar à luz da **revelação**. Neste mesmo relatório, Júlio Gaiger trata de dois temas candentes para o Cimi: o Brasil e o presidente José Sarney:

"8. Como se vê, será importantíssimo o acompanhamento junto à Sistematização, que deverá compatibilizar esses textos. **A questão mineral será nosso principal problema** (grifos da redação). E a pressão popular é parte essencial deste acompanhamento. (...) Prefiram escrever a constituintes do seu estado ou território. Além do pedido específico, peçam a defesa da reforma agrária e (por favor!) mandato de quatro anos para Sarney (grifos do original). É importante pedir também mecanismos de participação popular, iniciativa legislativa direta pelos cidadãos e aprovação da Constituição por referendo popular. Quanto mais telegramas, melhor. Privilegiem o relator, deputado Bernardo Cabral, além dos (bons) relatores adjuntos: senadores Fernando Henrique Cardoso, Wilson Martins e José Inácio Ferreira, e deputado Nelson Jobim".

A IMPRENSA

O Cimi, além de enfocar os problemas minerais das terras indígenas à luz da **revelação**, tem também opinião sobre órgãos de imprensa. O **Estado** não merece, nos documentos que compulsamos, referência alguma — e acreditamos entender por

quê. Já neste mesmo relatório, o sr. Júlio Gaiger emite a seguinte opinião sobre a **Folha de S. Paulo**: "10 — **A Folha de S. Paulo** — que não paire mais dúvida alguma — é um jornal de direita. Vejam como reagi, ontem, em editorial, às conquistas incluídas no anteprojeto da Comissão de Ordem Social" — e transcreve o editorial da **Folha de S. Paulo** de 17/06/87. Se não do Cimi, pelo menos da Associação Brasileira de Antropologia, há documento de 1984 dizendo que o sr. Roberto Marinho se fez portavozeiro "dos interesses das minerdoras..."

Por outro lado, a desenvoltura com que o Cimi se trata da imprensa é de pasmar. Numa carta de A. Brand para G. Loebens (o "moço", pois há outro Loebens, o "velho", bispo de Lábrea), dá-se claramente a entender que há jornais, de influência regional e nacional, que concorram com as posições do Cimi. De um deles, por exemplo, diz-se: "...anda com a goela (de acordo com a tradução juramentada) muito grande. Eu ainda prefiro (...) só que este não acelera nosso estilo. E preciso fazer estardalhaço pois a coisa está por pouco, e o pessoal índio tem de pôr na cabeça que já é deles".

Igreja também está preocupada com minerais

O informativo de Júlio Gaiger sobre a Constituinte demonstra cabalmente que o Cimi é uma das pontas-de-lança dos interesses ditos "progressistas" na Assembleia Nacional Constituinte. À luz da "Diretriz Brasil nº 4 — Ano 0", compreender-se-á facilmente que a aliança com os setores constituintes situados à esquerda é meramente tática — pois o que interessa ao Cimi, de fato, é a questão mineral, como está expresso no documento citado.

Para o Cimi, a solução da questão mineral não é um assunto afeto apenas à Assembleia Nacional Constituinte. De acordo com as diretrizes do Conselho Mundial das Igrejas Cristãs, a inserção na Constituição de uma série de providências que preservem de exploração as riquezas minerais é de fundamental importância. Não é tudo, porém. A "infiltração" a que se fez referência na reportagem publicada domingo é de maior relevância. Esse aspecto da questão está claramente expresso no extenso documento que analisaremos a seguir. Antes, porém, convém saber que a organização que cuida de uniformizar as informações sobre o andamento do trabalho definido na "Diretriz Brasil nº 4 — Ano 0" é o Centro Ecumênico de Documentação e Informação" (Cedi), de extrema eficiência, que não cuida apenas de

OS INTERESSES DIFUSOS

Em 16 de junho de 1987 (o documento não faz menção a local, devendo ser Brasília), reuniram-se algumas pessoas para discutir assuntos diversos: da Constituição à mineração, passando pela infiltração nas áreas indígenas. Pela CNBB, estava o padre Celso Pedro (possivelmente o atual subsecretário, Celso Pedro da Silva); pelo Cimi, uma plêiade de ativistas: o irmão leigo Antônio Brand, Júlio Gaiger, o propagandista já conhecido, irmão Egon Dionísio e o irmão Stevens Baynes. Pelo Cedi, Iris Lella Amaral, que secretariou a reunião; pela Biblioteca do Desenvolvimento Econômico do Brasil, Mauro R. Nogueira.

Como disse o padre Celso, era uma reunião para que Nogueira, "amigo e colaborador", fosse apresentado, levando-se em conta que "tem um longo trabalho a desenvolver, referente à expansão da atividade mineral, do desenvolvimento econômico do País e nesse trabalho ele vai forçosamente abordar aspectos relacionados com a mineração em terras indígenas, assuntos da Calha Norte, assuntos do Cimi e da CNBB. O dr. Mauro — acrescentava o padre Celso — é pessoa muito justa e gostaria de fazer tudo com a maior isenção ou, na medida do possível, sem prejudicar nossos trabalhos, principalmente nossos objetivos na Constituição".

Foi uma reunião extremamente tensa. A certa altura, diante de observações extremamente radicais de Nogueira, Brand não se contém e exclama: "Além da fome, agora estou nauseado. Vamos suspender, é apenas uma proposta, e voltar às 15h30, talvez contando com uma melhor reflexão do professor Nogueira". Ao fim do encontro, novamente com a palavra, Brand diz que fará um "digesto" e acrescenta: "Não preciso insistir, no acordo preliminar, em que é um assunto sumamente confidencial. Eu até acharia que a leitura pura e simples, aqui na sede, seria mais confortável, mas não quero que o senhor (N. da R. — Nogueira) se vá com a impressão de que não confiamos. Em última análise, quem decide é a Iris. Mesmo assim, eu lembro que qualquer informação a respeito desse assunto chegará ao nosso conhecimento muito rapidamente..."

O "QUARTETO DIZIMADOR"

Os assuntos são vários e vão sur-

gindo à medida que a discussão progride, ora mais áspera, ora menos. Vê-se, com clareza, que Nogueira defende posições que não agradam aos demais participantes. Ainda assim insiste nelas — especialmente na de julgar que o Itamaraty não é o bichopão que os demais pintam.

A certa altura, Brand emite juízo final sobre alguns deputados constituintes: "O professor poderia procurar pessoalmente o quarteto dizimador do índio, que é formado pelo deputado Otomar de Souza Pinto, da deputada Maria Marluce, do deputado Mozarildo Cavalcanti e do deputado Nilson Gibson. Sabemos que eles se encontram para discutir o problema do índio (grifo da Red.). Eles querem a aculturação, mas sem oferecerem (sic) um padrão e, com isso, envolvem o interesse do índio na Constituição com essa aculturação. Uma coisa nada tem a ver com a outra".

"ASSUNTOS INTERNOS"

A certa altura, Nogueira é apunhado em falso, ao fazer afirmação que parece ser a defesa do genocídio, para sustentar o progresso. A reação é dura e imediata, e ele se explica. Então, Brand toma a palavra de novo:

— Agora gostei. A princípio o senhor me apavorou um pouco, mas agora compreendo sua tentativa de pôr-nos em reserva, ou, como dizem, com o pé atrás.

Irmão Egon — Eu estou de pleno acordo com o dr. Nogueira. A documentação recebida do Cedi-Paris, em fevereiro passado, não nos permite viver sob nenhum tipo de ilusão. A economia do mundo está em pé de guerra; isso inclui tanto a produção brasileira de minérios de competição, como os aspectos políticos com ela relacionados (grifos da Red.). O relatório, repassado, de Kuala Lumpur - S. Francisco - Londres... (interrompido)

Irmão Brand — Egon, os assuntos internos do Cimi e você está (sic) falando sobre um assunto interno não devem ser aqui discutidos com o professor Nogueira. O relatório do Cedi-Paris nada tem que ver com o do índio. Vamos deixar claro que nosso assunto é índio - mineração - constituição - CNBB. E pronto. Vamos em frente e passar para o que interessa; estou certo, dr. Nogueira?

Dr. M. Nogueira — Se o senhor acha que tem que ser assim, para mim tudo Ok.

Egon — Antônio, nós já veiculamos as preocupações do Cedi-Paris quanto ao desemprego de mais de cem mil trabalhadores na Malásia, como resultado da política mineral do Brasil (grifos da Red.), da tentativa do Brasil de, pelo preço vil, descontinuar aquele tipo de mineração; acho até que o professor Nogueira, pelo que estávamos conversando antes da reunião, já sabe disso tudo... daí não compreender bem a interrupção.

Brand — É fato, dr. Nogueira. A grande realidade é que certas empresas brasileiras, lideradas pela Parapanema, vêm desenvolvendo uma política suicida na mineração específica da cassiterita, que é o minério do estanho. Talvez o Baynes tenha algo a explicar a respeito do assunto.

O "digesto" desta reunião é das peças mais importantes para compreender a ação do Cimi e o que, de fato, pretende quando se lança, com entidades afins, na defesa dos índios. Uma coisa desde já resulta clara: a preocupação do Conselho Indigenista Missionário com o fato de o Brasil vender estanho (tin) e com isso prejudicar a Malásia. A referência aos "Tin Brothers", que aparece em documento que citamos no material publicado domingo, começa a fazer pleno sentido.



O Banco Mundial recentemente cancelou parte do financiamento para o asfaltamento da BR-364. Por causa da pressão do Cimi

A luta pela soberania restrita

"A coisa está por pouco." Por isso é que as pressões têm de aumentar. É que o tempo urge para aqueles que desejam afirmar a soberania restrita do Estado brasileiro sobre as terras indígenas e impedir o acesso do Brasil — em condições de autonomia — ao mercado mundial de minérios. Por isso, as coincidências aumentam.

Em Viena, nestes dias, reuniu-se a conferência internacional sobre o tema "O futuro do ser humano e o meio ambiente na região amazônica", convocada por uma entidade até agora pouco falada: "Sociedade para os Povos Ameaçados". Encerrando-se amanhã o recebimento das emendas populares à Constituição brasileira, é sintomático que nesta reunião se tenha traçado o plano de ação para restituir aos índios seus direitos sobre a Amazônia. Coincidência maior é que nessa conferência se tenha feito apelo a que o Banco Mundial seja o grande defensor dos interesses indígenas e do meio ambiente. Mais do que qualquer comentário, fala o telegrama da DPA recebido de Viena, ontem:

"Conferência amazônica reclama direitos para indígenas". **Viena, 10 (DPA)** — Um plano de ação para restituir os direitos dos indígenas da região amazônica na América do Sul foi aprovado hoje em Viena pela conferência internacional. "O futuro do ser humano e o meio ambiente na região amazônica", convocada pela "Sociedade para os Povos Ameaçados".

Os participantes da conferência endereçaram petição ao ministro austríaco das Finanças, Ferdinand Lacina, para que este influa sobre o Banco Mundial a fim de que deixe de financiar projetos que ameçam os indígenas e seu meio ambiente. A resolução final da conferência, que se encerrou hoje, assinalou os múltiplos perigos que surgem do desmatamento da selva amazônica, que destrói a fauna e a flora e, com isso, a base vital dos aborígenes.

Uma ameaça para seus interesses vitais são não apenas os projetos de desenvolvimento mal enfocados e os grandes projetos energéticos, de mineração e agricultura, que se realizam com a cooperação de consórcios internacionais e do Banco Mundial. Segundo os conferencistas, é também um perigo a "doutrina de segurança nacional" adotada pelos países sul-americanos, ao construir na selva estradas levando em conta pontos de vista estratégicos, dividindo as populações indígenas.

O confronto com a civilização, ao

estabelecer vias de comunicação — assinalaram —, contribui ademais para que os indígenas se contagiem com enfermidades desconhecidas para eles. Muitos morrem, por exemplo, vítimas da gripe.

A conferência criticou também a política cultural e de educação dos Estados sul-americanos, que não reconhece a cultura indígena e não leva em consideração as crianças indígenas na educação escolar.

A isso há de acrescentar, assinalaram, a repressão política e uma legislação que, por um lado, garante o direito dos indígenas sobre sua terra, mas, ao mesmo tempo, se evade graças a outras normas legais, como por exemplo as relativas à exploração ou posse de terras.

OUTRAS COINCIDÊNCIAS

Coincidência ou não, em 1981 o Conselho Mundial das Igrejas havia afirmado, em sua "Diretriz Brasil nº 4 — Ano 0", que se deveria impedir a construção de estradas e barragens, evitar a formação de pastagens, fazendas e plantações de qualquer tipo e "o fracionamento do território" das nações indígenas, principalmente por meio de estradas públicas ou privadas. Não deixa de ser igualmente

interessante a coincidência entre a diretriz de 1981, a resolução da conferência da Sociedade para os Povos Ameaçados e as afirmações de A. Brand, em carta a G. Loebens, de 3 de junho de 1987: "Aliás, é incompreensível o comportamento flácido de vocês com relação à CN (N. da R. — Calha Norte). É o muro de Berlim cortando a nação básica do nosso projeto. Não interessa se será de 150 ou um quilômetro; de qualquer maneira é ruptura. É droga. Seja qual for a largura, adeus trânsito livre. E a quebra da unidade da nação tudo muda".

As decisões dessa conferência internacional que se encerrou dia 10 em Viena se enquadram perfeitamente no espírito e na letra das diretrizes do Conselho Mundial das Igrejas Cristãs: impedir que estradas passem por território declarado indígena e impedir o perigo da mineração na área. Em outras palavras, criar as condições para a afirmação da soberania restrita e afastar os países amazônicos do mercado mundial de minérios.

PRESSÕES ANTIGAS

O novo alvo das pressões, pelo que se depreende das resoluções des-

sa conferência de Viena, é o Banco Mundial. O Bird já vem opondo restrições a projetos que não respeitem o meio ambiente e, ainda recentemente, cancelou parte do financiamento para o asfaltamento da BP 364.

O asfaltamento dessa estrada, que liga Porto Velho a Rio Branco, sempre foi objeto de ação contrária dos "ambientalistas, ecologistas, seringueiros, índios e entidades de apolo". Na VII Assembleia Nacional do Cimi, realizada em Rio Branco, aprovou-se o relatório da Regional da Amazônia Ocidental em que se diz a respeito dessa estrada:

"O asfaltamento da BR-364 é um sonho do povo acreano e, de modo especial, do governo estadual e da classe empresarial".

Visto que com o asfaltamento virá também toda frente migratória e empresas agropecuárias e madeireiras que, a curto e médio prazos, haverão de invadir as áreas indígenas e reservas extrativistas, é que se criou um "movimento de resistência" à BR-364. Em função desse movimento, que envolve ambientalistas, ecologistas, seringueiros, índios e entidades de apolo, é que o próprio Bird exigiu do governo brasileiro um plano de ação complementar ao asfaltamento da BR-364. Esse plano complementar recebeu o nome de PMA-CI (Plano de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas). A princípio, o "movimento de resistência" à BR-364 não é contrário ao simples asfaltamento da rodovia, mas sim às suas consequências. A fim de que os danos à população regional sejam minimizados é que se exige o cumprimento do PMACI antes da conclusão do asfaltamento, e não durante ou depois, como o pretendem os políticos e a classe empresarial.

Visto que nem o Inera, a Funai e a Sema têm cumprido os seus compromissos é que permanece a grande pressão no Bird, a fim de que não libere os recursos para o asfaltamento.

Na questão indígena, um dos maiores entraves para a não-demarcação das áreas é a famosa e já conhecida questão da faixa de fronteira, área de segurança nacional. Várias áreas têm sido aprovadas pelo grupo, porém estão emperradas pelo Conselho de Segurança Nacional e, por conseguinte, sem decreto presidencial".



Empresários e povo sonham com o asfalto. O Cimi é contra

Continua na próxima edição